### AGUAS EM FOCO CBH MACAÉ

Janeiro de 2023



Plenária do Comitê Macaé aprova aporte adicional de recursos para o projeto de Revisão do Plano de Recursos Hídricos



## Plenária do Comitê Macaé aprova aporte adicional de recursos para o projeto de Revisão do Plano de Recursos Hídricos

Plano é um dos instrumentos de gestão previstos nas Políticas Nacional e Estadual e é a principal referência para o setor na bacia

A Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras aprovou, em Plenária, o aporte adicional de recursos para o projeto de Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica VIII do Estado do Rio de Janeiro, referente ao "Módulo I: Diagnóstico e Prognóstico". A reunião foi realizada no dia 30 de janeiro.

Na ocasião os membros aprovaram o aporte adicional de R\$ 480.955,04, valor oriundo das seguintes rubricas:

- ► Enquadramento de Corpos de Água R\$ 205.143,34;
- ► Avaliação da qualidade da água na REBIO União R\$ 7.289,87;
- ► Monitoramento ambiental da Lagoa Imboassica R\$ 76.750,03;
- ► Estudo de macrodrenagem áreas suscetíveis de inundação em Macaé R\$65.232,21;





O Plano de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão previstos nas Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, e é a principal referência para o setor na bacia. Nele são atualizadas as informações regionais que orientam nas decisões para a proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos, subsidiando também no processo de destinação de água.

Durante a mesma reunião, a Plenária

também aprovou a prorrogação do prazo do mandato da Diretoria Colegiada e das instituições que compõem o colegiado do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras até o final do Processo Eleitoral Biênio 2023-2024, em 10 de fevereiro. Além disso, aprovou o Escopo Técnico da Revisão do Plano de Bacia – Módulo II: Gestão de Recursos Hídricos e o planejamento das Ações de Comunicação para 2023.



#### Estado do Rio terá nova Política de Desenvolvimento Florestal

CBH Macaé já vem realizando ações previstas na lei que entrou em vigor

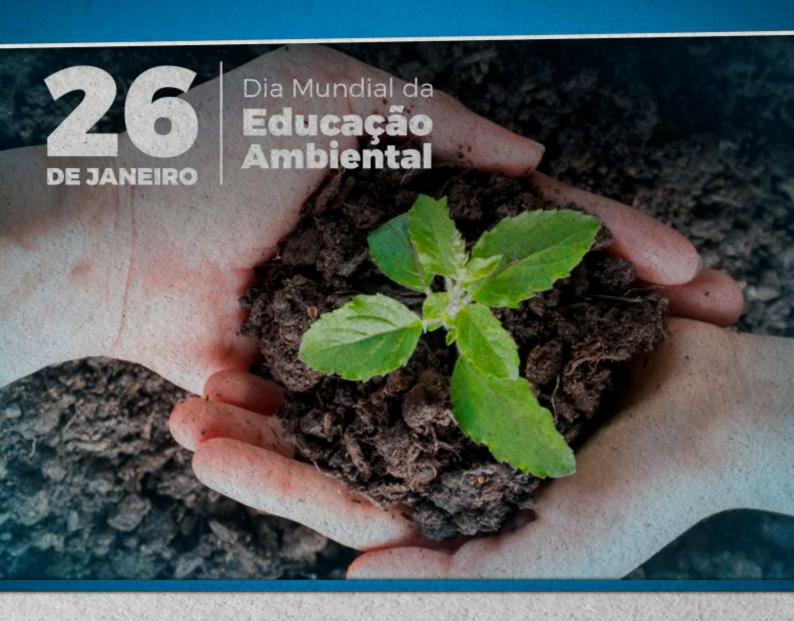
Foi sancionada em janeiro, no estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 9.972/23, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Florestal. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável por meio de parcerias, gestão descentralizada e ações integradas, voltadas para a recuperação de passivos ambientais, transformação das áreas degradadas em sistemas de produção e ampliação das áreas com florestas produtivas. Outro objetivo é fomentar a adequação ambiental das propriedades rurais.

Uma das diretrizes é promover a conservação, a recuperação e a proteção das Áreas de Preservação Permanentes (APPs), com destaque para as nascentes e as zonas de recarga do lençol freático, além da preservação dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, para incentivar o estabelecimento de corredores ecológicos. As ações previstas nesta lei deverão ser executadas em diálogo com as comunidades tradicionais dos

territórios do estado.

Entre os instrumentos da nova lei estão programas e projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras já vem desenvolvendo ações de conservação das águas e florestas, com destaque para o Programa de PSA e Boas Práticas, por meio da premiação e incentivo àqueles que desenvolvem serviços ambientais e ações de proteção da natureza.

O foco do Programa é garantir a qualidade e quantidade de água a partir de serviços ambientais prestados por moradores e produtores da Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras. Pelas regras, aqueles que deixam de poluir e passam a conservar a vegetação e o solo podem ser recompensados financeiramente pela prática. A recuperação de áreas degradadas vai garantir que a água chegue em melhores condições para toda a sociedade.

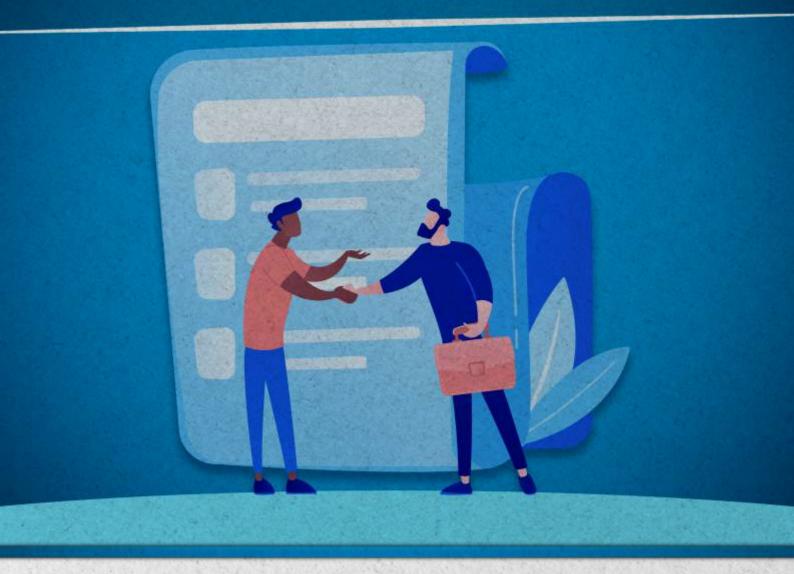


No dia 26 de janeiro foi celebrado o Dia Mundial da Educação Ambiental. A data foi estabelecida em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU), para que, por meio da educação, as sociedades tenham conhecimento da importância da proteção ambiental.

É cada vez mais importante que ações educativas demonstrem os impactos da ação humana na natureza, pois é através do conhecimento que podemos sensibilizar a população para a importância de desenvolver práticas sustentáveis e mecanismos que nos possibilitem proteger o meio ambiente.

O Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras realiza campanhas educativas voltadas para públicos diversos, com foco especial para crianças e jovens. Um grande exemplo é o Fórum Água e Juventude (FAJ), que reúne, anualmente, estudantes da Região Hidrográfica VIII do Estado do Rio para uma série de atividades e diálogos sobre a gestão dos recursos hídricos. Outro destaque é o Projeto Comitê nas Escolas, que será desenvolvido ao longo do ano de 2023. O projeto irá capacitar professores de ensino fundamental de toda a região, com turmas distribuídas no alto, médio e baixo curso do rio Macaé, para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental com ênfase nos recursos hídricos.

# Processo Seletivo para a CONTRATAÇÃO PROFISSIONAL



O Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) abriu um novo processo seletivo de contratação de profissionais para atendimento ao Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras.

O edital foi disponibilizado no site do CILSJ (www.cilsj.org.br). O prazo de validade do Processo Seletivo Público será de dois anos, contados a partir da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

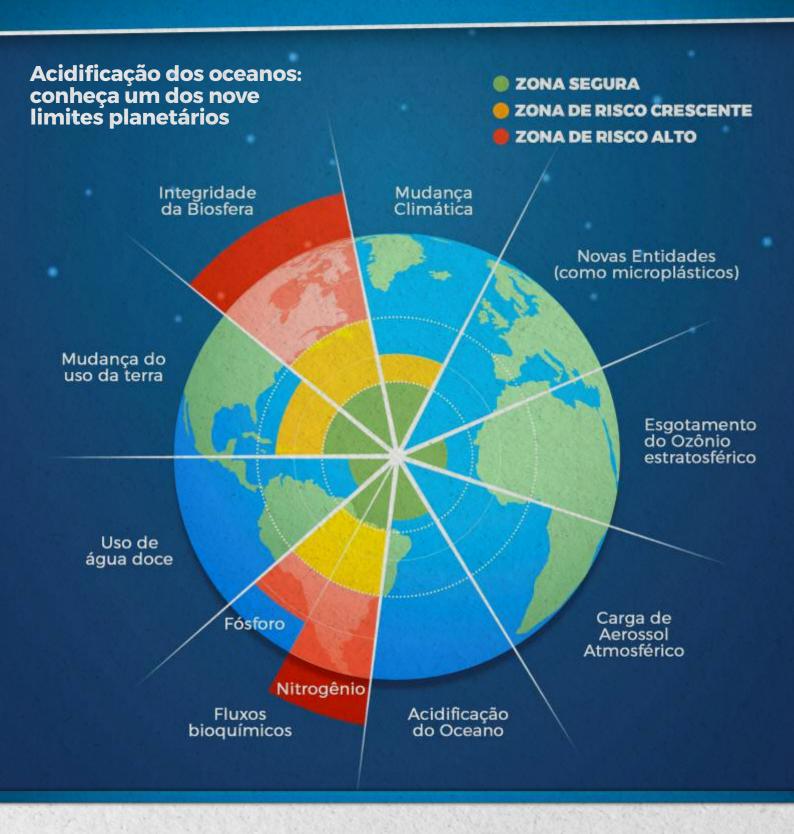
As vagas disponibilizadas foram para os cargos de Analista Técnico, Assistente Administrativo e Estagiário. Informações como local de trabalho, salário inicial, carga horária, os requisitos mínimos e os resultados do processo estão disponibilizados no edital no site do CILSJ (https://cilsj.org.br/editais.../selecaop essoal-no-02-2022/)



O Dia do Engenheiro Ambiental foi celebrado em 31 de janeiro. Essa é uma profissão fundamental para a gestão dos recursos naturais, tanto na elaboração de projetos e análises, como no compartilhamento de conhecimento

com a sociedade.

Parabéns a todos os profissionais de engenharia comprometidos com a qualidade ambiental e o bem estar da sociedade.



Os limites planetários definem até onde o desenvolvimento humano pode chegar, sem prejudicar de forma irreversível a capacidade regenerativa da Terra. Em 2009, sob a liderança do sueco Johan Rockström, um grupo de cientistas integrantes do Stockholm

Resilience Centre (SRC) identificou nove dos chamados "limites planetários". São limites ambientais seguros, dentro dos quais a humanidade pode se desenvolver sem que as mudanças ambientais sejam irreversíveis.

#### Acidificação dos oceanos

Estudos revelam que a acidificação dos oceanos começou há séculos atrás com o início da primeira revolução industrial, em meados do século 18. Causada diretamente pelo aumento das emissões de dióxido de carbono (Co2), essa acidificação já é considerada um risco ao planeta.

Segundo o artigo "Acidificação dos Oceanos: fenômeno, consequências e necessidade de uma Governança Ambiental Global (2016)", a acidificação causa "impactos negativos sobre o processo de calcificação utilizado por vários organismos marinhos na produção de suas partes duras, como conchas ou exoesqueletos", ou seja, difi-

cultando sua capacidade de formar conchas e levando ao seu desaparecimento. Além disso, prejudica os recifes de corais e desestabiliza o equilíbrio ecológico das algas.

Ainda de acordo com o artigo, esses impactos provocados pela alteração no pH marinho já foram detectados em organismos vivos de diversas regiões do planeta. Para solucionar esse problema, é necessário usarmos de meios mais sustentáveis e reduzirmos a emissão de CO2. Devemos repensar as nossas atitudes, pois qualquer tipo de mudança, por menor que seja, já pode ajudar a salvar o meio ambiente.





Rodovia Amaral Peixoto Km 106 Balneário | São Pedro da Aldeia Tel.: (22) 2627-8539

comitemacaeedasostras@gmail.com www.cbhmacae.eco.br

